

Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico

*Claudia Wasserman**

Esse artigo pretende discutir o percurso historiográfico da problemática nacional na América Latina. Entender obras e trabalhos que se dedicaram à questão nacional como parte de um conjunto articulado de estudos sobre o mesmo tema permitem desvendar algumas das principais tendências historiográficas presentes nos países latino-americanos, já que esses temas - do nacionalismo, nacionalidade, construção das nações e identidade nacional - expressam e simbolizam importantes problemas sub-continentais.

Por tratar-se de um tema da história que já possui uma trajetória vasta e importante, contendo tantas controvérsias e revisões, entendo a necessidade de mapear e analisar o percurso e o desenvolvimento dos estudos históricos acerca desse conhecimento específico.

O estudo da questão nacional na América Latina comporta dois níveis discursivos que me interessam: o discurso político e o discurso historiográfico. Suas análises devem contemplar a dimensão temporal-espacial, as condições concretas da realidade circundante e a história de vida do sujeito que enuncia. Sendo enunciados nas mesmas circunstâncias, os discursos científico e político se confundem e estão de tal maneira imbricados que pode-se aventar a hipótese da existência de uma certa influência de um sobre o outro. No tocante à questão nacional, os trabalhos de ciências sociais (história, sociologia, ciência política) e os discursos políticos têm traços muito semelhantes.

Num primeiro momento, até o período que se abre com a Primeira Guerra Mundial, os discursos político e historiográfico estiveram altamente influenciados pelos modelos estrangeiros. As nações européias serviam de parâmetro ideal para a análise das realidades latino-americanas e o paradigma civilizatório era tido como meta a ser alcançada. A partir da Primeira Guerra Mundial, políticos e intelectuais latino-americanos perderam as ilusões acerca dos modelos estrangeiros, mas a desilusão não se traduziu na busca de alternativas viáveis para o desenvolvimento interno. Embora o marxismo, de um lado, e o nacionalismo, de outro, tenham feito sucesso na América Latina na primeira metade do século XX, os discursos político e historiográfico mantiveram-se fiéis à busca da almejada “civilização” contra a “barbárie” e do “desenvolvimento” contra o

* Professora Adjunta de História (UFRGS), pesquisadora CNPQ. Dra em História (UFRJ)
cwasserman@via-rs.net

“*sub-desenvolvimento*”. O mito do progresso e das “*luzes*” continuou sendo pro-
palado no discurso modernizador e, sobretudo, o discurso político seguiu exal-
tando os valores da sociedade moderna ocidental e isso teve efeitos semelhantes
no campo historiográfico.

Em relação a questão nacional latino-americana, a identidade entre os dois
tipos de construção discursiva pode ser identificada em pelo menos três pontos:
a idéia de que o processo de construção nacional na América Latina ficou in-
completo, a noção de que existem obstáculos concretos para alcançar a formação
nacional e a identificação de inimigos da nação, ou seja, aqueles que estariam
em oposição à completude do processo. Essa semelhança entre o discurso polí-
tico oficial - enunciado por frações das classes dominantes latino-americanas -
e o pensamento historiográfico renovam a conclusão de que as idéias não estão
desfocadas ou “*fora do lugar*”, mas influenciadas direta ou indiretamente pelos
interesses das classes dominantes, ainda que não conscientemente. Essas
observações preliminares levam a pensar que quando se analisa a hegemonia
das classes dominantes, ou o domínio das elites, esses processos não ocorrem
apenas e tão somente nos universos do mercado e da política, mas também têm
grandes implicações no mundo do saber.

A preocupação com a revisão da literatura acerca do tema tem como objeti-
vo não percorrer, sem necessidade, um caminho que muitos já traçaram; mas,
também justifica-se pela observação de tendências historiográficas que remetem
a um equívoco de enfoque sobre a centralidade do problema nacional no sub-
continente: a tendência a tomar exemplos históricos longínquos como modelos
ideais e da idéia de existência ontológica das nações latino-americanas. Com
base na teoria geral contemporânea sobre a construção das nações modernas,
desaprovo as idéias de existência ontológica e tento colocar-me mais próxima
dos autores que pensam a nação como uma relação social específica de um
determinado momento no desenvolvimento econômico, tecnológico e social de
cada país.

Um dos temas mais discutidos entre os teóricos da questão nacional é o que
diz respeito às origens da nação moderna. Com poucas exceções,¹ esses autores
situam seu aparecimento no período de transição ao capitalismo e insistem na
íntima relação dessas “*novas unidades*” com o Estado. Muito embora a discussão
da gênese das nações modernas gere um confuso debate entre historiadores,
sociólogos e teóricos da filosofia política, algumas premissas básicas são aceitas
integralmente.

Segundo Anderson, por exemplo, “*a convergência do capitalismo e da tecnologia
da imprensa sobre a diversidade fatal das línguas humanas criou a possibilidade de*

¹ AMIN, Samir. *La nation arabe. Nationalisme et lutte de classes*. Paris: Minuit, 1976, p. 109, Oferece
a idéia de uma nação milenar, que nasce e renasce. Os comerciantes-guerreiros, por exemplo, já
formariam uma nação que posteriormente seria destruída, idéia a partir da qual o surgimento da
nação não tem qualquer relação com uma classe social ou com a gênese do capitalismo.

uma nova forma de comunidade imaginada". Para ele, as nações modernas são "comunidades imaginadas", e a possibilidade histórica de imaginar esse tipo de unidade só ocorreu de fato quando três conceitos culturais básicos da sociedade medieval entraram em decadência: a idéia de uma língua escrita monopolizada por elites religiosas, a crença da sociedade organizada de maneira natural em torno de dogmas hierárquicos e a concepção de temporalidade, relacionada a paradigmas messiânicos (Anderson, 1959, 9-56).

Hobsbawm também entendeu a necessidade de situar o aparecimento do fenômeno nacionalidade na história. Ao discutir a conveniência do levantamento de critérios que possibilitem distinguir uma nação de outras entidades, observa que: "*Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como nações, sempre é possível descobrir exceções.*" (Hobsbawm, 1990, 15).² O autor descarta também os critérios chamados "subjetivos", segundo os quais o que determinaria a existência de uma nação seria a "vontade" de ser dos habitantes de certo território ou sua consciência de pertencer àquela unidade. Esses critérios, segundo Hobsbawm, levariam a extremos de voluntarismo e somente serviriam para determinar a existência de uma nacionalidade *a posteriori*. Neste sentido, conclui que: "*a nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação: e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação*" (Idem, p. 19). Hobsbawm ainda adverte que "*a questão nacional (...) está situada na interseção da política, da tecnologia e da transformação social*", ou seja, a existência da nação exigiu historicamente uma série de transformações tecnológicas que ocorreram justamente no período de transição ao capitalismo, e mais especificamente à época da criação da imprensa, da alfabetização e escolarização em massa que permitiram a universalização do fenômeno e a própria adesão às novas entidades.

Ambos os autores citados, Hobsbawm e Anderson, recorrem, no entanto, a Ernest Gellner para explicar o aparecimento concreto das nações modernas. Foi Gellner quem introduziu as noções de "invenção", "artefato" e "engenharia política" no debate em voga. Segundo ele, "*É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. (...) é possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. No entanto, este aspecto, culturalmente criativo, imaginativo, positivamente inventivo, do ardor nacionalista não deveria permitir que ninguém concluísse erradamente que o nacionalismo é uma invenção ideológica, contingente e artificial (...)*" (Gellner, 1993, p. 89). Ao advertir para o fato de que o nacionalismo não é uma "força maquiavélica", capaz de "despertar" nações adormecidas, Gellner quer dizer que não se pode inferir dessas idéias uma

² Hobsbawm afirma que língua, território, etnia, traços culturais comuns, religião e outros podem ser importantes, mas não fundamentais para definir a existência desses agrupamentos humanos.

existência ontológica para as nações, pois o próprio nacionalismo é “*conseqüência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado*” (Idem, p. 77). Ou seja, “*As nações, como modo natural e divino de classificar os homens, como um destino político inerente, embora longamente retardado, são um mito. (...) As nações não estão inscritas na natureza das coisas, não constituem uma versão política da doutrina dos seres naturais. Nem tão-pouco os Estados nacionais representam o destino último dos grupos culturais e étnicos.*” (Idem, p. 78 e 79, grifos meus).

A título de conclusão,³ pode-se afirmar que as nações são, aos olhos dos cientistas sociais contemporâneos, fenômenos objetivamente modernos e situados historicamente no processo de transição ao capitalismo e que tiveram sua origem no poder dos nacionalismos, ou melhor, na força de projetos nacionalizantes, projetos que demandavam autonomia para determinada região, ou que visavam unidade e centralização política, ou ainda, evocavam a valorização cultural de determinados grupos sociais e outros.

Neste artigo, pretendo discutir como a historiografia latino-americana contemporânea considera essa problemática: em que momento histórico situam o surgimento das nações e nacionalidades latino-americanas? Quais os elementos ou critérios eleitos pela historiografia para designar “nações” aos países da América Latina? E, principalmente, vou discutir as questões que aparecem nos estudos latino-americanos sobre as identidades nacionais: as idéias de existência ontológica das nações da América Latina, inimigos da nação, incompletudes, desvios, deformações e outras.

Grande parte da historiografia latino-americana considera as identidades nacionais como dados empíricos concretos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial, para alguns, desde a colônia, para outros e, no mínimo, desde as independências. Muitas vezes, como no caso dos militares que participaram dos movimentos de independência, essas idéias eram o fruto de um desejo de que existissem nações e nacionalidades nesses territórios, e não da observação atenta e descompromissada desses políticos. Em outros casos, os políticos e pensadores que formularam as idéias de identidades nacionais originárias estavam com sua visão obscurecida pela atração que os modelos francês, inglês ou norte-americano exerciam sobre eles. Assim, ao se deparar com a realidade latino-americana e com as dificuldades de implantação de ordenamentos estáveis em todo o subcontinente, os autores acabavam achando que a América Latina tinha *desvios* e *deformações* no processo de formação nacional, ou que esses processos estavam ainda *inacabados*.

³ Essa introdução tem como objetivo apresentar algumas questões fundamentais sobre a problemática da nação moderna, sem as quais seria impossível o rigor teórico que se pretende nesse estudo, entretanto, não pretende dar conta de todos os autores contemporâneos e tampouco de todas as discussões travadas por eles.

Essas características do pensamento latino-americano em relação à questão nacional - existência ontológica de nações, atração por modelos externos, identificação de desvios e deformações no processo de formação das nações e as idéias de incompletude e frustração na constituição dessas entidades sociais - estão presentes em toda a história do sub-continente e trouxeram conseqüências no campo da historiografia e também conseqüências político-sociais, como por exemplo a idéia da existência de *inimigos da nação*, responsáveis pela obstaculização do processo de formação nacional, responsáveis pela incompletude do processo, pelos desvios e pelas deformações.

“*Classe e Nação*” é título de pelo menos dois estudos sobre nações dos anos 1980. O livro de Ricaurte Soler, editado na Espanha em 1981, e o de Octávio Ianni, editado no Brasil em 1986, abordam a mesma temática e possuem a mesma perspectiva de “nação incompleta”: “*A nação da burguesia não compreende a nação do povo. Os camponeses, mineiros, operários e outras categorias sociais, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos e outros constituem uma espécie de nação invisível; aparentemente invisível*” (Ianni, 1986, p. 14/15).

Ou de “nação frustrada”: “*No obstante, sus limitaciones y contradicciones el liberalismo constituyó un poder social nacional (...) Ese poder social, es sabido, fracasó en su intento de estructurar Estados nacionales económica y, por lo tanto, realmente independientes. Fracasó. Se conservatizó. Degeneró. Fue literalmente absorbido por el imperialismo.*” (Soler, 1981, p. 61/63).

As noções de incompletude e frustração no que diz respeito à questão nacional estão presentes em outros autores, como por exemplo Luis Vitale: “*La burguesía criolla resolvió a medias la cuestión nacional. (...) La persistencia de problemas nacionales irresueltos, como la variedad de etnias y lenguas, fue un obstáculo para el desarrollo de una literatura nacional masiva en el siglo XIX.*” (Vitale, 1992, 260/261).

São freqüentes na historiografia latino-americana as idéias de nações incompletas, revoluções inacabadas ou movimentos sociais frustrados.⁴ Todas estas denominações apresentam-se como uma espécie de premonição que não foi cumprida conforme o esperado. O texto de Alejandro Serrano Caldera ilustra perfeitamente esse entusiasmo na adoção de modelos: “*La nación europea que se forja en el siglo XVI, trata de formarse en los países de América Latina en el siglo XIX y en el siglo XX sin haberlo logrado del todo.*” (Caldera, 1991, p. 173, grifo meu).⁵

Existem dois problemas a serem discutidos nessas concepções; em primeiro lugar, está presente a premissa da frustração no processo de construção da nação

⁴ Entre outros autores que compartilham desta visão estão KAPLAN, Marcos. Formação do Estado Nacional na América Latina. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. ; BORDA, Fals. As Revoluções Inacabadas na América Latina (1809-1968). São Paulo: Global, 1979; GILLY, Adolfo. La Revolución interrumpida. México: Era, 1994, edição aumentada e corrigida. A primeira edição foi de 1971; ABELARDO RAMOS, Jorge. La Nación inconclusa. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 1994.

⁵ A noção de incompletude aparece neste autor de forma explícita nesta passagem.

na América Latina, exemplificado também pelas denominações de nação incompleta ou inacabada. E nota-se, também, a idéia subliminar, mas não menos persistente, da preexistência de nações aos processos empíricos escolhidos como referência para o seu aparecimento concreto. As duas questões problemáticas têm a mesma natureza, dizem respeito ao conceito de nação e a definição dos termos correlatos, como identidade nacional, nacionalismo, integração nacional, etc. Além disso, remetem para o problema das origens da nação na América Latina. Enquanto Soler admite que os liberais do século XIX tinham um projeto nacional que foi frustrado pelo processo de “conservantização” dessas elites (Soler, 1981), Ianni remete o problema para o século XX e, mais especificamente, aos processos de revolução burguesa que, com exceção do México (1910), ele localiza a partir dos anos 30 e 40 (Ianni, 1986).

A idéia de *frustração* no processo de construção da nação supõe que os autores contemporâneos estão diante de um modelo pré-determinado. Ricaurte Soler, por exemplo, atribui aos liberais do século passado o mesmo papel que tiveram as burguesias européias ao longo do século XVIII, na progressiva dissolução das relações servis, expansão do modo de produção capitalista e no processo de construção das nações modernas. Daí a impressão de *frustração* que emerge da conclusão do autor: os liberais não completaram o projeto nacional; deixaram-no inacabado. Entretanto, sabemos que não o fizeram, justamente porque não eram burgueses, não estavam na Europa e não eram porta-vozes de um processo revolucionário.

Preocupado com um período histórico posterior, localizado no começo do século XX, Octávio Ianni também demonstra uma excessiva preocupação em submeter a problemática nacional latino-americana a um modelo pré-concebido: “*Em síntese, a revolução burguesa latino-americana não resolve a questão nacional. Produz escassa articulação da sociedade civil com o Estado. Pouco faz no sentido de favorecer, ou generalizar, a metamorfose da população em povo, cidadãos.*” (Idem, p. 132). Ianni está referindo-se evidentemente às revoluções burguesas européias e ao processo de democratização política decorrente daqueles movimentos. A própria definição de revolução burguesa para os países latino-americanos permanece em ampla discussão; a maior parte dos autores que a discute prefere analisar se as tarefas de implantação e consolidação do modo de produção capitalista foram ou não cumpridas a arriscar-se no duvidoso terreno da efetivação da revolução, a exemplo dos processos europeus.⁶

A crítica que está se fazendo aqui não está relacionada com a adoção de modelos históricos comparativos, mas sim com a idéia da existência de modelos

⁶ Os autores clássicos dessa discussão são FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1977; KOSSOK, Manfred et al. *Las Revoluciones Burguesas*. Barcelona: Crítica, 1983.

ideais. O continente europeu foi pioneiro no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, na constituição de Estados nacionais e na discussão dos problemas relativos à nação e nacionalidades. Estudar e discutir outros casos empíricos com base no exemplo ocorrido em primeira mão é altamente pertinente no processo de construção do conhecimento histórico. Deve-se, no entanto, evitar a tentativa de encontrar os mesmos resultados. A consequência deste tipo de análise, que toma como modelo ideal a construção das nações européias, tem sido a inútil verificação de “*deformações, desvios, incompletudes e frustrações*” no processo de construção da nação nos países da América Latina, ou no sub-continente como um todo.

O texto de Marcos Kaplan ilustra o desejo implícito de cópia do modelo e a verificação de sua *impraticabilidade*: “*A idéia nacional e a vontade de construir o novo Estado sobre e dentro de grandes marcos geográficos conservam um caráter de abstração e impraticabilidade até hoje. Difundem-se e concretizam-se de modo lento e incompleto. (...) Corresponde à integração superficial um fraco aparecimento do sentimento nacional, não só a nível latino-americano mas também no plano mais localizado dos novos Estados emergentes.*” (Kaplan, 1974, p. 113).

O paradigma europeu foi utilizado desde o período emancipacionista pelos militares que participaram dos processos de independência. Bolívar, San Martín e Moreno foram exemplos de líderes dos processos de independência que, diante da necessidade de afirmar os novos Estados que surgiram com o fim da dominação metropolitana, ficaram fascinados com o modelo norte-americano. Os exemplos da França e da Inglaterra também estimularam o desejo de construção de uma grande nação latino-americana ou, pelo menos, de várias grandes nações. O conteúdo do Plano Revolucionário de Operações de 1810, atribuído a Mariano Moreno, dos escritos de José Maria Morelos, no México, e dos Manifesto de Cartagena e Carta de Jamaica, escritos por Bolívar em 1812 e 1815, respectivamente, são documentos históricos que atestam a adoção de idéias anti-hispânicas, o forte desejo de transpor a experiência norte-americana ao sub-continente e a convicção da existência de uma comunidade nacional culturalmente identificada que antecedia a luta pela emancipação. Nesses textos identifica-se claramente a idéia de preexistência de uma identidade coletiva, mas também o indício da confusão espacial que acompanhou o pensamento do século XIX: qual a dimensão da identidade existente? Continental, nacional ou provincial? Esse é um dos temas que a historiografia contemporânea tentará responder.

A versão desses líderes dos processos de emancipação estava carregada de subjetividade; são textos impregnados de adjetivos e imagens com forte conteúdo valorativo; seus autores se propunham metas políticas e militares que pareciam inadiáveis. Na realidade, entretanto, o acirramento dos localismos e um processo de ruralização iniciados no final do século XVIII e aprofundado na época das reformas bourbônicas, tornavam cada vez mais difícil a aproximação entre as

diversas regiões do sub-contidente e, até mesmo, a implantação de ordenamentos estáveis em países que no período colonial se constituíam como unidades administrativas.

Embora a realidade concreta dos países latino-americanos insistisse em contrariar as afirmações de Bolívar, San Martín, Hidalgo, Morelos e Moreno, entre outros, todas essas idéias acerca dos traços de identificação desses povos passaram a fazer parte do repertório principal do pensamento político da América Latina. Políticos e intelectuais passaram, então, a considerar sobre quais eram os obstáculos que impediam a concretização daquilo que era considerado como um dado cujos elementos principais estavam presentes e que só faltava a conclusão do processo: a constituição das novas nações.

A historiografia do século XIX esteve marcada pela caracterização dos obstáculos à consolidação das nações latino-americanas e pelas tentativas de solucionar os problemas que se apresentavam à construção das novas nacionalidades. Uma das principais características do pensamento pós-independência foi a apreciação dos modelos políticos que tinham sido capazes de superar as dificuldades de união nacional, centralização política ou imposição de ordenamentos estáveis. Liberais ou conservadores no campo do pensamento político, os autores desse período como por exemplo Sarmiento e Alberdi, na Argentina; Lucas Alamán e José María Luis Mora, no México; e Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, no Brasil, não eram historiadores ou acadêmicos propriamente ditos, mas suas obras alcançaram alto grau de dedicação à investigação histórica e possuem grande valor documental. Preocupados com os problemas constitucionais dos novos países e com a orientação econômica dos governos, foram influenciados pelo cientificismo que dominava a Europa e atribuíam aos fenômenos da natureza - geografia e clima - e aos fatores raciais, como a mestiçagem, todas as causas dos problemas latino-americanos.

Terra, clima e raça constituíam-se como chaves interpretativas dos movimentos políticos, culturais e sociais e como explicações dos infortúnios dos novos países e de seu desenvolvimento inferior frente aos Estados Unidos, por exemplo, povoado por colonos anglo-saxões. Propugnavam o branqueamento da população através do extermínio do elemento índio ou negro e da imigração massiva de europeus. As idéias de superioridade da raça branca eram tão marcantes no pensamento político da época que mesmo os espanhóis ou latinos eram preteridos em relação ao tipo anglo-saxão. Essa geração de intelectuais repudiava os valores ibéricos e preferia leituras francesas e inglesas. Mas o afastamento cultural das antigas metrópoles não ocorreu com facilidade em todos os casos. Os autores do século passado dividiam-se entre o alinhamento ou rompimento definitivo com os valores da cultura metropolitana. Os liberais, influenciados pela Ilustração francesa, consideravam a independência como um processo necessário e justificado, por isso pretendiam o rompimento definitivo

com os valores ibéricos. Os conservadores, católicos e tradicionalistas, por outro lado, tinham considerado os processos de independência como algo inevitável, mas não aceitavam a ruptura com os valores e tradições das antigas metrópoles, tidos como a essência da nacionalidade.

Em meados do século XIX, valorizar a cultura ibérica ou qualquer outra em detrimento dos valores locais significava, em todos os casos, corroborar a idéia de que, em meio ao caos ocasionado pelas guerras de independência, existia algo de identificação coletiva entre esses povos a preservar, fosse retomando os valores ofuscados pela colonização ou recuperando os valores perdidos pela independência. A quantidade de intrigas políticas e golpes que assolavam os países latino-americanos neste período levava liberais e conservadores a assumir posturas semelhantes em relação à ordem pública.

As principais tendências do pensamento latino-americano do século XIX mantinham as idéias de existência ontológica de nacionalidades e buscavam nos modelos estrangeiros, fossem eles tradicionais (ibéricos) ou progressistas (norte-americano, inglês ou francês), a solução dos problemas enfrentados pelos novos países. Esses problemas eram vistos como *deformações e desvios*, atribuídos aos fatores climáticos, geográficos e raciais ou à história da dominação espanhola e portuguesa. Embora concordassem na existência prévia de nacionalidades, em relação ao período histórico em que viviam, uns pensavam que essas nacionalidades eram frutos do período pré-colonial e por isso valorizavam discretamente o elemento indígena; outros consideravam-nas como resultado da fusão de vários elementos no período colonial, mas com o predomínio indiscutível do colonizador.

A temática da identidade nacional, da nossa especificidade, das dificuldades de ordenamento de identidades tidas como originárias foi uma constante nas discussões políticas e historiográficas latino-americanas. Todos recorriam à busca dos culpados pela situação. Sem fazer juízo de valor do pensamento liberal radical ou moderado e do pensamento conservador, seus representantes recorriam aos modelos externos e sua influência era tida como positiva ou negativa, dependendo da época e do viés ideológico do autor.

No começo do século XX, as idéias deterministas não desapareceriam e continuariam por muito tempo influenciando os pensadores latino-americanos, mas o apogeu das economias primário-exportadoras e o desenvolvimento mais acelerado de tecnologias capazes de “driblar” os problemas geo-climáticos, acabariam cedendo espaço à identificação de outras causas para os males das nações latino-americanas. A partir da primeira década do século XX, a história peculiar dos países da América Latina e a política mal orientada seriam considerados os problemas de origem dessas sociedades.

Consolidadas as oligarquias primário-exportadoras no poder, defender a existência de nacionalidades originárias deixou de ter significado tão especial quanto no período anterior. A existência das nações latino-americanas já não

dependia apenas dos fatores subjetivos ou da reunião de vontades de um grande número de políticos ilustrados e historiadores comprometidos. As nações deviam sua existência ao trabalho de uma geração da aristocracia fundiária fortalecida por seu tipo de atividade econômica (monocultura) e pelo vínculo que estabeleceram com o exterior (atividade exportadora). Essas oligarquias tiveram que “fundar” as bases institucionais dos Estados políticos latino-americanos, eliminando localismos caudilhescos prejudiciais às atividades primário-exportadoras, criando um sistema de pesos e medidas unificado, uniformizando o sistema monetário e eliminando alternativas jacobinas (como as representadas por Artigas no Rio da Prata) e retrógradas (como as representadas por Antônio Conselheiro no nordeste do Brasil).

O tipo de pensamento intelectual e as conseqüências historiográficas do período de consolidação das oligarquias latino-americanas teriam pelo menos duas vertentes no que diz respeito às idéias acerca das origens da nação e da nacionalidade: o positivismo e o novo idealismo ou a corrente mais conhecida como “arielistas”.

Pensadores como o brasileiro Alberto Torres (1865-1917), os mexicanos Ricardo Rabasa e Justo Sierra e o argentino José Ingenieros mantinham idéias racistas, de degeneração racial e hierarquia das raças. No entanto, relativizavam o determinismo geo-climático e racial para emprestar importância fundamental à política e à administração, como instrumentos para promoção da ordem. Os grupos positivistas eram formados por minorias ilustradas, seguras de que detinham a verdade fundada na ciência e na experiência dos países mais avançados. Seus temas centrais eram a razão, o indivíduo, o progresso, a liberdade, a natureza e o endeusamento da ciência. Quando trasladados ao campo da política, esses conceitos eram utilizados como forma de acabar com a anarquia e impor a ordem. O pensamento corrente recomendava a “ordem positiva” como valor central a ser alcançado pelos países latino-americanos para almejar a unidade nacional. Para eles, isso só poderia ser obtido através de um programa político-administrativo “positivo” que garantisse a ordem a qualquer custo, para chegar ao progresso. Governantes fortes e autoritários passaram a ser considerados como males necessários para atingir essas finalidades.

A interpretação positivista da política latino-americana se baseava na convicção de que os países do subcontinente eram incapazes de realizar princípios liberais e democráticos. Tinham uma visão pessimista do desenvolvimento latino-americano e utilizavam termos das ciências biológicas, como “*continente enfermo*” e “*pueblo enfermo*” para definir os males e anormalidades detectados. Os positivistas reconheciam que seus países tinham características singulares e as limitações da teoria evolucionista os obrigava a considerar essas sociedades como inferiores em uma escala unilinear de civilização. É sintomático que quase toda a literatura positivista apresentasse no título dos trabalhos a palavra “*evolução*”. A noção de uma história unilinear era corrente

para essa geração. A “*religião do progresso*” triunfou em quase todos os países da América Latina. Entusiasmados com a possibilidade de os seus próprios países se equipararem à “civilização ocidental”, os autores diagnosticavam os males da América Latina como problemas advindos da formação das raças, da ignorância generalizada e da péssima administração dos governantes que se seguiram aos processos de independência. Mesmo os autores positivistas mais incrédulos na possibilidade de obtenção de uma homogeneidade cultural, consideravam a nação como um dado, advinda dos processos que ensejaram a dominação oligárquica, como a reforma liberal no México, a proclamação da República no Brasil ou a queda de Rosas na Argentina. Os positivistas confiavam na prosperidade obtida graças ao *boom* das atividades primário-exportadoras e defendiam os governos oligárquicos, fortes e excludentes, como os únicos capazes de levar os países a atingir o patamar das nações civilizadas.

Por outra parte, ao mesmo tempo em que o positivismo se impunha como filosofia política dominante, percebia-se a defesa do indigenismo e do negro brasileiro, a valorização da cultura pré-hispânica, a negação do modelo norte-americano e avaliação dos prejuízos que ele poderia causar. Essas idéias apareceram no final do XIX e início do século XX e seus principais expoentes fizeram escola no pensamento político latino-americano: o cubano José Martí e o uruguaio José Enrique Rodó. Inauguraram o que mais tarde ficaria conhecido como “*Hora americana*” e achavam que o principal obstáculo à unidade nacional era a adoção de modelos como o norte-americano. Pensavam que essa adoção frustrava a possibilidade de colocar em prática os processos de unificação nacional. Por isso mesmo, Martí propunha que se realizasse a “segunda Independência”.

O ensaio *Ariel* do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) foi publicado em 1900 e evocava um “espírito” latino-americano, rechaçando o utilitarismo e a mediocridade da democracia norte-americana. Proclamado como o profeta do “novo idealismo” latino-americano, Rodó inspirou uma série de intelectuais do sub-continente, chamados “arielistas”. No entanto, sua obra refletia, na verdade, uma versão da interação contínua entre o empirismo (positivismo) e o idealismo (espiritualismo), presentes no pensamento francês do século XVIII.⁷

Entre as dissensões do pensamento positivista dominante encontram-se autores como o brasileiro Manoel Bonfim,⁸ os argentinos Paul Grossac (franco-argentino), Ricardo Rojas, Manoel Gálves⁹ e os mexicanos Antonio Caso (1883-1946), José Vasconcelos (1882-1959), o dominicano Pedro Henríquez Ureña

⁷ HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930 in BETHELL, L. História de América Latina (cultura y sociedad, 1830-1930). Barcelona: Crítica, 1991, vol. 8, p. 1-64.

⁸ BONFIM, M. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 173. A primeira edição foi de 1903.

⁹ Citados por HALE, Charles. Ideas políticas y sociales 1870-1930 in BETHELL, L. História da América Latina. Cultura y sociedad, 1830-1930. Barcelona: Crítica, 1991, volume 8, p. 36.

(1884-1946) e Alfonso Reyes (1889-1959), protagonistas do “Ateneo de la Juventud”, sociedade fundada em 1909, que reunia os “*utopistas*”. Esses autores defendiam o ensino da história nacional às gerações futuras como forma de manter valores que não confundissem progresso com civilização e, portanto, evitassem a valorização extremada do materialismo europeu; enalteciam as raças indígena e negra como formadoras da nacionalidade e identificavam a facilidade de miscigenação racial como uma das qualidades herdadas dos povos conquistadores. Rechaçavam as teorias de inferioridade racial e procuravam soluções para os problemas latino-americanos que não passavam pelas tradicionais propostas de branqueamento, mas pela educação. Representaram uma profunda renovação no pensamento intelectual dos seus respectivos países, pois tinham preocupações cosmopolitas e americanistas.

A complexidade da vida intelectual latino-americana no começo do século XX refletia-se na existência concreta de idéias positivistas ao lado de posições influenciadas por Rodó e Martí. Embora as duas correntes concordassem no diagnóstico fatalista e pessimista acerca da realidade dos países da América Latina e apontassem a educação como uma das panacéias para a cura desses males, os positivistas permaneciam ligados às concepções racistas do século XIX e a idéia de atingir o patamar de “*civilização*” dos países centrais do capitalismo. Os arielistas, por outro lado, consideravam a influência estrangeira, sobretudo dos Estados Unidos, como sintoma de uma dependência econômica, política e cultural altamente prejudicial aos objetivos progressistas dos povos latino-americanos. Achavam que a valorização das raças formadoras da nacionalidade, sua educação para o exercício da democracia e a fusão dos componentes “saudáveis” de cada raça (mestiçagem) seriam o melhor caminho para atingir o progresso social e material.

É importante, no entanto, estabelecer os motivos que levaram pensadores como Rodó, Martí, Bonfim, Paul Groussac, Ricardo Rojas, Vasconcelos e outros a discordar do pensamento positivista dominante. A dissidência dos arielistas explica-se a partir do próprio rompimento da chamada “*pax oligárquica*”. Se o período que vai de aproximadamente 1800 a 1910 foi um momento de apogeu das oligarquias primário-exportadoras, de prosperidade econômica e de aparente eliminação dos elementos políticos dissidentes, a fase que se seguiu, demonstrou a fragilidade do poder oligárquico, exemplificado nas oscilações de preços dos produtos primários no mercado internacional e no crescimento de reivindicações políticas dos setores não contemplados pela “prosperidade”.

Enquanto os positivistas estavam destinados a justificar a manutenção das oligarquias no poder, inclusive porque eles ocupavam cargos importantes na administração de alguns países - *científicos* no governo de Porfírio Díaz, Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul, no Brasil, e José Ingenieros, fiel colaborador dos governos oligárquicos argentinos -, os arielistas ressentiam-se da falta de crítica a essa ideologia dominante e passaram a representar setores

sociais que exigiam o rompimento da excludência oligárquica e a valorização nacional. E, mesmo que situados em campos diferentes no que se referia a questão nacional, positivistas e arielistas tinham um deslumbramento pelo progresso e pela civilização ocidental; atração que foi um pouco questionada pelos arielistas, mas que só rompeu-se realmente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

As décadas entre 1910 e 1940 foram fundamentais no tocante à questão nacional para os países latino-americanos. Neste ponto, é importante retomar a diferenciação entre “movimentos que visavam fundar nações” e “movimentos nacionalistas”. Segundo Hobsbawm, os primeiros constituíam-se em programas políticos que justificavam suas atividades por estarem baseados nos últimos.¹⁰ As oligarquias primário-exportadoras dos diferentes países da América Latina poderiam, imbuídas dos mesmos intuitos do italiano Massimo D’Azeglio, da época da Unificação, repetir suas palavras: “*Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos*”, e bastaria trocar os substantivos Itália e italianos por Argentina e argentinos, México e mexicanos, Brasil e brasileiros etc.

Até o início do século XX não existia um verdadeiro movimento nacionalista nos países da América Latina e o esforço oligárquico por organizar os Estados políticos apenas supunha apoiar-se em uma identidade nacional. Na verdade, e até esse momento, as repúblicas latino-americanas que substituíram os impérios ibéricos refletiam um pouco mais do que as antigas divisões administrativas metropolitanas. Os processos de independência haviam sido realizados por grupos de elite, movidos por incompatibilidades econômicas em relação aos comerciantes metropolitanos. Ainda segundo Hobsbawm, “*mesmo entre a minúscula camada dos latifundiários latino-americanos politicamente decisivos, seria anacrônico falarmos nesse período de algo mais que o embrião da “consciência nacional” colombiana, venezuelana, equatoriana etc.*”.¹¹ Ele completa dizendo que faltava aos países latino-americanos “*condições sociais*” para o aparecimento concreto dos nacionalismos e da “*consciência nacional*”. Essas “*condições sociais*” somente se manifestariam nos países subcontinentais a partir do século XX, “*no contexto de um estágio particular do desenvolvimento econômico e tecnológico*”,¹² ou melhor, a partir da consolidação do modo de produção capitalista através da modalidade oligárquico-dependente.¹³

O que se modificou substancialmente a partir de 1910 foi a intensidade dos debates acerca da questão nacional. Essa problemática apresenta-se reiteradamente no curso da história sub-continental, mas revela-se mais importante do ponto de vista prático e teórico em conjunturas críticas como

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 107.

¹¹ Idem, *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 162.

¹² Idem, *Op. cit.*, 1990, p. 19.

¹³ CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1979, capítulo 05.

aquela vivida pelos estudiosos latino-americanos do século XX. Essa conjuntura crítica foi determinada pelo impacto causado pela Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Revolução Mexicana e a crise das oligarquias primário-exportadoras em toda a América Latina. Conjugados, esses processos históricos resultaram em efeitos de longa duração e grande intensidade no sentido da transformação do pensamento político e social em relação aos países da América Latina. Historiadores, cientistas sociais e políticos militantes foram tomados por duas sensações contraditórias e complementares: o desencanto e a esperança.

A Primeira Guerra Mundial foi chamada pelo historiador marxista argentino Aníbal Ponce de *“la gran liberatriz”*, ou melhor, *“gracias a ella tuvimos desde muy temprano la desconfianza del pasado”*.¹⁴ Um setor importante da intelectualidade latino-americana compreendeu a guerra como fracasso da cultura européia, como incapacidade da *civilização* de manter intactas as conquistas materiais e humanas, como crise de um sistema de civilização até então apreciado e tido como modelo ideal para se alcançar o progresso. O desencanto do paradigma europeu vinha acompanhado internamente pela crise da modalidade de desenvolvimento capitalista implantada pelas oligarquias exportadoras. O período anterior à guerra já revelara em alguns países a vulnerabilidade do setor predominante da economia da América Latina em relação às oscilações de preço e demanda dos produtos primários no mercado internacional. Em muitos países, como no Brasil, por exemplo, a Primeira Guerra e a crise econômica mundial acentuaram a vulnerabilidade e resultaram na certeza de que a divisão internacional do trabalho, que impunha à América Latina a condição de “celeiro do mundo”, era prejudicial e punha em evidência a dimensão mais brutal da relação latino-americana com o resto do mundo: a dependência.

As incertezas, a desorientação, o desencanto e o ceticismo causados pela Primeira Guerra e pela crise do setor primário-exportador davam lugar a esperanças, renovação de utopias, planos e encantamento com processos que ocorriam simultaneamente e pareciam oferecer alternativas possíveis: a Revolução Mexicana e a Revolução Russa. Enquanto a primeira constituía-se num testemunho exemplar de resgate da cultura nacional, a segunda apresentava ideais novos para a redenção dos problemas europeus e propunha uma forma radical de romper a dependência econômica. Neste sentido, os intelectuais latino-americanos começavam a questionar o paradigma da civilização ocidental, a clausura política imposta pela ordem oligárquica e a vulnerabilidade do modelo econômico primário-exportador. Entusiasmados com os processos revolucionários mexicano e russo, vislumbravam a possibilidade de resgatar uma cultura própria e um modelo de desenvolvimento alternativo.

¹⁴ PONCE, Anibal, citado por PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina 1918-1938 El proceso de la Reforma Universitaria*. México: Siglo XXI, 1978, p. 29.

Segundo Carlos Rama, “(...) *el nacionalismo latinoamericano es simultáneo de una crisis reveladora de la estructura social en que se alternan las relaciones antiguas entre sociedad rural y urbana, y se aprecia a través de la industrialización el ascenso del proletariado y las nuevas clases medias. No es extraño que - a menudo - nacionalismo y socialismo aparezcan unidos, o entremezclados, y seguramente algo parecido sucede en otros continentes del Tercer Mundo ... asumiendo formas de reacción política y cultural frente a vieja dependencia exterior*”.¹⁵

Genericamente, o período que vai de 1910 à 1940 foi uma fase de agitação social e política em todos os países da América Latina. Greves operárias, formação de partidos socialistas e comunistas, anarquismo, radicalismo agrário e movimentos como a Revolução Mexicana, o Tenentismo no Brasil e a Reforma Universitária na Argentina revelam que outros grupos sociais, além dos grupos dominantes, estavam preocupados com a solução dos *males* latino-americanos. E, muito embora, a forma e a intensidade dessas manifestações político-sociais tenham sido diversas, bem como seus resultados tenham aparecido mais tardiamente em uns países do que em outros, do ponto de vista intelectual, do pensamento acerca das questões nacionais, pode-se afirmar que a busca das origens da nação, da essência da nacionalidade e de aspectos identitários foram igualmente vigorosos em todos os países do sub-continente.

Após a eclosão da Primeira Guerra, da crise das oligarquias, do início das revoluções mexicana e russa, observava-se um rompimento importante em relação ao paradigma anterior e ao modelo de civilização a ser alcançado, mesmo que o positivismo não tenha desaparecido totalmente do pensamento latino-americano. Nesta época explodiu a temática nacional: Samuel Ramos,¹⁶ no México; Ezequiel Martínez Estrada,¹⁷ na Argentina; Gilberto Freire¹⁸ e Sérgio Buarque de Holanda,¹⁹ no Brasil, são os exemplos mais importantes dessa tendência. Inclusive o professor mexicano Abelardo Villegas considera que “*Samuel Ramos, Ezequiel Martínez Estrada y Gilberto Freire son los más grandes pensadores nacionalistas de América Latina, y destaca la coincidencia de la aparición se sus primeras obras entre los años 1930 y 1940*”.²⁰

Consideravam o passado como um obstáculo e preconizavam a liquidação das raízes como um imperativo do desenvolvimento nacional. Exploraram

¹⁵ RAMA, Carlos M. Nacionalismo e historiografia en America Latina. Madrid: Tecnos, 1981, p. 14.

¹⁶ RAMOS, Samuel. El perfil del hombre y la cultura en Mexico. México; Espasa-Calpe, 1996, 26. reimpressão, p. 21/22. A primeira edição deste livro é de 1934.

¹⁷ MARTÍNEZ ESTRADA, E. Radiografía de la pampa. Buenos Aires: Losada, 1991, 13 ed., p. 11. A primeira edição é de 1933.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, 22^a ed., A primeira edição é de 1933.

¹⁹ HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, 13 ed, p. 03 e 121. A primeira edição é de 1936.

²⁰ VILLEGAS, A. in RAMA, C. op. cit., 1981, p. 147.

conceitos polares como sociedade rural X sociedade urbana; tradicional X moderno; personalismo X coletividade; público X privado; contrapunham-se à tentativa de importação de idéias européias e implantação de cultura forânea. Os brasileiros exaltavam os bandeirantes paulistas, assim como os autores argentinos e mexicanos tentavam recuperar a imagem dos caudilhos, como forças telúricas que representavam a identidade nacional mais autêntica. Identificavam a nação como entidade cuja existência era indiscutível, pelo menos desde a independência, mas que possuía uma série de vícios e defeitos de origem. Dentre as anomalias da formação do caráter nacional, consideravam o “ritmo lento”, “o despovoamento”, “a herança portuguesa ou espanhola”, a “tendência à imitação” e outros como os males que afetavam a construção da nacionalidade plena em seus países. A nação era vista como “*provisória*”, “*mal feita e mal povoada*”. O desprezo pelas massas populares, característico da literatura do período anterior, transformara-se nestes textos em necessidade crescente de valorização e incorporação destas à nacionalidade.

No mesmo período, o marxismo latino-americano despontava como importante tendência epistemológica no campo da história nacional. O historiador brasileiro Caio Prado Jr.,²¹ por exemplo, representou um esforço de interpretação da realidade nacional que tinha muito em comum com os autores nacionalistas. Essa fase consagra-se pela absorção orgânica do marxismo como epistemologia da história, a exemplo de Caio Prado Jr. e da obra do peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930), mas também como instrumento de luta política. Do ponto de vista prático, os dirigentes socialistas latino-americanos seguiam as tendências discutidas e decididas em foros distantes: os congressos internacionais e a prática soviética. Mesmo assim, a questão do nacionalismo e da liberação nacional ocupou papel preponderante na obra dos principais escritores marxistas. Até 1935, proclamavam a necessidade de lutar pela revolução socialista e anti imperialista, simultaneamente. Os movimentos de El Salvador, em 1932 e a Insurreição de 1935, no Brasil, foram exemplares neste sentido. A partir da consolidação de Stalin no poder soviético, os dirigentes latino-americanos passaram a pregar a “revolução por etapas”, conquanto entendiam que o subcontinente precisava cumprir a fase ou etapa “nacional democrática”. Entre os autores marxistas comprometidos com a militância podemos citar o argentino Ernesto Giudici,²² o dirigente brasileiro Luis Carlos Prestes,²³ e o dirigente operário mexicano Vicente Lombardo Toledano.²⁴ As definições de “nacional”

²¹ PRADO JR., C. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1972, 8 ed., p. 48, a primeira edição foi de 1933.

²² GIUDICI, E. El imperialismo y la liberación nacional. Buenos Aires: Granica, 1974, p. 03/05. A primeira edição é de 1940.

²³ PRESTES, L. C. Os problemas atuais da democracia, 1944, citado por CARONE, Edgard. A Terceira República (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1982, p. 508.

²⁴ LOMBARDO TOLEDANO, V. El Partido Popular. 1947, citado por LÖWY, M. op. cit., 1982, p. 161.

presente nesses autores estavam ligadas à idéia de colaboração entre as classes, tônica do movimento comunista no entre-guerras. Apontavam os “*inimigos internos*” da nação, em oposição aos capazes de satisfazer as necessidades das “massas”. Propunham a “*liquidação dos restos feudais*” para possibilitar o desenvolvimento nacional. A Nação era tida como dado apriorístico e as soluções apresentadas estavam baseadas na eliminação de “inimigos retrógrados” ligados às reminiscências de um suposto feudalismo latino-americano.

Neste longo período histórico que começa com a crise do modelo primário-exportador e das oligarquias que dele se beneficiavam, e se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto os autores marxistas como os autores nacionalistas demonstravam uma tendência à valorização da mestiçagem, do autenticamente nacional e das classes populares. Preconizavam, ao contrário dos autores do século passado, a necessidade de união das classes sociais como forma de promoção de uma integração nacional. Na luta contra as oligarquias aristocráticas promoveu-se uma unidade discursiva entre as frações progressistas das classes dominantes latino-americanas e as classes populares.

O período das guerras apontava para a crise da almejada civilização ocidental e colocou em xeque a admiração pelos modelos externos; a compreensão da vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista baseado no setor primário-exportador; a indignação contra a excludência oligárquica, aliada ao vislumbamento da alternativa socialista; o consentimento e a cooperação das oligarquias no processo de sucção de excedentes foram os principais elementos para o aparecimento de movimentos nacionalistas não identificados com o nazifascismo, com a Igreja ou com idéias anti-liberais, mas compostos inclusive por frações das classes dominantes latino-americanas que compreenderam a necessidade de transformações profundas, sob o risco de iminentes rebeliões populares. Não foi por acaso, portanto, que diferentemente dos autores do século anterior que faziam comparações e citavam os exemplos da Europa e Estados Unidos, a historiografia desse período preconizava a necessidade de aproximação entre os países latino-americanos.

Entre os esforços analíticos por superar a tendência isolacionista e buscar a solução conjunta para os problemas latino-americanos destacou-se a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), fundada em 1949. A Economia Política da CEPAL foi expressa pela primeira vez em um estudo publicado em Nova York, “*Economic Survey of Latin America*”. Nasceu para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira entre 1914 e 1945, para analisar os problemas e desequilíbrios desse processo em países periféricos e com o objetivo de alertar para a idéia de que a industrialização era o único caminho contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo.²⁵ Para os cepalinos - como Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto,

²⁵ CARDOSO DE MELLO, J. M. O Capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1986, 5 ed., p. 20 e 21. A primeira edição é de 1982.

Oswaldo Sunkel, entre outros - a dependência e a miséria eram resultados da situação periférica, frutos do “*modelo de crescimento para fora*”. Propunham uma nova etapa no desenvolvimento latino-americano, de “*desenvolvimento para dentro*”, onde o centro dinâmico da economia se deslocasse para “*dentro da Nação*”.²⁶

A partir da década de 1960, no entanto, o fracasso quase generalizado das políticas de industrialização, a dificuldade dos governos denominados populistas ou nacionalistas em colocarem em prática as chamadas “*reformas estruturais*”, a eclosão da Revolução Cubana e a escalada de terror militar implementada a partir do golpe de 1964 no Brasil, foram os elementos concretos que fizeram ruir parte das análises teóricas em voga. No plano teórico, surgiu a Teoria da Dependência para explicar a “*não-industrialização nacional*”, com o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.²⁷ Além das inúmeras críticas que surgiram a esse estudo - pouca análise econômica, tipologia insuficiente, escassa análise pós-45, não modificação da periodização cepalina, semelhança em relação à interpretação cepalina sobre os períodos de transição de uma fase a outra da economia - ressalta, para os objetivos da presente discussão, a característica marcadamente nacionalista da análise desenvolvimentista. A perspectiva do progresso civilizatório assim como a atração pelos modelos externos não haviam sido de fato superadas e os teóricos da dependência propunham, na realidade, o entendimento do conceito de “dependência” como forma de completar a industrialização e o desenvolvimento nacional através da união das classes sociais. A “dependência” se erguia como dimensão única da análise e o conflito entre países dependentes e Estados imperialistas ocupava parte central da discussão, deixando de lado importantes discussões como a luta de classes.

A teoria da dependência tornou-se hegemônica no pensamento latino-americano e inculcou no grosso da intelectualidade da América Latina a convicção de que a “*nossa história*” é tão original que não caberia encaixá-la dentro de conceitos e teorias (moldes) forâneos. Tratava-se naturalmente de justificar teoricamente certas vias políticas também originais. Em consonância com as idéias intelectuais em voga neste período, os governantes denominados populistas ou nacionalistas tentavam diluir a questão da luta de classes, que apareceu com força na luta pelo socialismo (Revolução Cubana), e faziam um discurso voltado para as aspirações de unidade ontológica. Esta foi a base do moderno pensamento latino-americano.

Assim inauguramos o tempo presente, o pensamento contemporâneo, nos perguntando sobre a nossa identidade, sobre a questão nacional e os autores continuaram apegados às teses de existência prévia de uma identidade que é, segundo eles, constantemente obstaculizada pelos “outros”. A partir das décadas de 70-80, os historiadores do subcontinente passaram a se dedicar muito mais à

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ CARDOSO, F. H & FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 6 edição. A primeira edição é de 1970.

história regional e realizar estudos minuciosos e especializados. Depois dos anos 90, particularmente, a pretensão de realizar grandes sínteses da história nacional cedeu definitivamente lugar a temas de história das regiões de cada país. Em países imensos como o Brasil, México, Argentina e outros, até os anos 80, o estudo das particularidades regionais havia ficado subsumido aos grandes temas e problemas da nação como um todo. Por isso, a partir dos anos 80, com uma tomada de consciência da necessidade de atender aos estudos daquelas particularidades, o número de trabalhos que genuinamente iluminavam a questão a respeito da problemática nacional tornou-se limitado.

A maior parte dos estudos que mantiveram sua atenção na questão da nação, identidade nacional e nacionalidade demonstrava uma preocupação com “os inimigos da nação”, muito em função da bipolarização ideológica da época e da escalada militar em quase todos os países. Também foram freqüentes estudos das supostas características *incompletas* ou *deformadas* do desenvolvimento nacional. Outra característica presente entre os autores do final do século XX foi a continuidade da atração pelos modelos externos, embora também esteja sempre presente a perspectiva e a necessidade de criação de teorias próprias para o estudo da história latino-americana.

Mesmo diante das supostas “*distorções*” no processo de construção das nações latino-americanas, os autores contemporâneos, a exemplo dos autores discutidos anteriormente, não debateram a própria existência das nações. Apresentam-nas como um dado indiscutível, localizado antes ou logo depois das independências, porém inacabado, como por exemplo, na obra de Luis Vitale,²⁸ Carlos Pereyra,²⁹ Jaime Pinski,³⁰ Octávio Ianni³¹: “*a nação não está pronta, acabada*” ou “*Na América Latina, a história estaria atravessada pelo precário, inacabado, mestiço, exótico, deslocado, fora do lugar, folclórico. Nações sem povo, sem cidadãos, apenas indivíduos e população*”.³² Outros autores, cuja origem não inscreve-se na linha historiográfica mas sim intelectual, literária, como Octávio Paz,³³ poderiam ser citados como exemplo dessas tendências. Nesta fase da produção historiográfica latino-americana destaca-se a continuidade das tendências interpretativas dos períodos anteriores, mas também algumas interpretações diferenciadas, cuja discussão sobre a origem da nação estava acompanhada de estudos empíricos específicos que davam sustentação às propostas teóricas.

²⁸ VITALE, L. Op. cit. 1992, p. 204.

²⁹ PEREYRA, C. El sujeto de la historia. México: Alianza editorial, 1988, p. 179-192.

³⁰ PINSKY, Jaime. A Formação do Estado nacional no Brasil: origens do problema. in BRUTI, Héctor H (org.). Estado e burguesia nacional na América Latina. São Paulo: Icone, 1985, p. 69.

³¹ IANNI, O. O Labirinto latino-americano. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 75.

³² Idem, ibidem, p. 77 e 78.

³³ PAZ, Octávio. El laberinto de la soledad, Postdata e Vuelta a el laberinto de la soledad. México: Fondo de cultura económica, 1996, p. 227. Esta é uma edição popular que reúne três obras do autor, cujas primeiras edições foram publicadas respectivamente em 1950, 1970 e 1979.

Muito embora a historiografia latino-americana do século passado e a contemporânea insistam em atribuir às divisões territoriais e de governo americanas o *status* de nações, uma análise cuidadosa dos processos empíricos que estiveram presentes na formação desses países como unidades independentes das respectivas metrópoles será suficiente para comprovar a inexistência concreta dessas unidades. Em primeiro lugar, existiam, no período anterior às emancipações políticas, muitas opiniões contrárias às independências, justamente pelo temor das elites coloniais de perder a unidade imposta rigidamente pelas metrópoles ibéricas. É muito difícil ainda definir as fases através das quais os portugueses nascidos no Brasil, ou espanhóis nascidos no México e Argentina começaram a tomar consciência de si mesmos como americanos, quanto mais como mexicanos, brasileiros ou argentinos. As idéias de fatalidade no nascimento extra-espanhol acompanharam por muito tempo, e após os processos de independência, os descendentes de portugueses e espanhóis na América e isso se deve ao fato de que essa transição - modificação do sentimento de pertencimento - era obstaculizada por diferenças étnicas e sociais que separavam a grande massa de índios e negros, com variadas manifestações de mestiçagem, das elites coloniais proprietárias. Os sentimentos anti-lusitanos e anti-espanhóis - o sentir-se "americano" - estiveram de fato presentes nos processos de emancipação do México, Brasil e Argentina, mas somente foram incorporadas pelas elites coloniais quando esses processos demonstraram sua inevitabilidade.

No momento das independências não existiam as identificações nacionais e mesmo subcontinentais que existem atualmente. Essa ausência permitia que os militares e líderes da independência de um "país" atuassem em vários pontos do continente. Sobre isso, Edelberto Torres Rivas observa que "*a crise do Estado colonial foi o fim da nação hispânica ou hispano-americana. O sonho de Bolívar foi apenas isso, um sonho*".³⁴ Foram possivelmente os sonhos, as paixões, os interesses políticos e o vislumbamento de alternativas de uma "*nação melhor*" que levaram a maior parte dos pensadores contemporâneos a identificar permanentemente as incompletudes do processo e a identificação dos seus inimigos.

A literatura contemporânea a respeito da questão nacional nos países latino-americanos é majoritariamente ensaísta. Em geral, os intelectuais que discutem a nação e a nacionalidade não deduzem suas "teses" de estudos empíricos. Assim, as tentativas de entender a questão nacional na América Latina denota a renovação de preocupações presentes nos autores do século XIX: presença indiscutível das nacionalidades; nações inacabadas, frustradas ou incompletas; processo de construção nacional carregado de desvios, deformações e anormalidades; presença de "inimigos da nação" que obstaculizam o processo; e, finalmente,

³⁴ TORRES RIVAS, E. Sobre a formação do Estado na América Central (hipóteses e questões fundamentais para seu estudo). in PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Estado na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65.

uma busca impressionante das origens do processo de construção nacional, como se ela pudesse explicar todos os “*males*” do seu desenvolvimento.³⁵

Alguns autores contemporâneos alertam para o perigo de buscar as origens da nação e indícios de identidade nacional em períodos anteriores ao desenvolvimento das condições materiais para a constituição desta unidade, conseguindo diferenciar-se das tendências majoritárias.

José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre a simbologia republicana, alerta para a existência de um “*anterior sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação.*”; diz ele: “*No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão. .. A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República.*”³⁶

Torres Rivas, mais explicitamente, em um ensaio sobre a formação do Estado na América Central, afirma que a condição essencial para a consolidação nacional era a formação de um mercado interno. Ele adverte que, “*(...) ainda que a nação já existisse como uma realidade cultural, cujos valores básicos eram uma língua comum, uma religião e uma relativa homogeneidade racial, essa realidade só ganhou eminência a partir de determinadas situações de poder. Em outras palavras, faziam falta a essa transformação as possibilidades reais de uma experiência em partilhar instituições políticas comuns e, permeando todos esses níveis societários, uma solidariedade econômica, uma condição de mercado em que encontrassem respaldo os interesses dominantes.*”³⁷ Torres Rivas aponta os diversos fatores desintegradores que atuaram após as independências e que, juntamente com a ausência de uma condição de mercado, no sentido capitalista do conceito, impediam a integração nacional. Segundo ele, esta integração somente ocorreria a partir da consolidação das economias primário-exportadoras e impulsionada pelos Estados oligárquicos que se constituem a partir da segunda metade do século XIX.

³⁵ Marc Bloch falava em “obsessão embriogênica” ou “mito das origens” e explicava esse fenômeno como fruto de uma preocupação religiosa - necessidade de explicar a origem da vida - que teria se estendido a outros campos de investigação, como à história por exemplo. Ainda segundo Bloch, isso provoca o aparecimento de outro “inimigo satânico da verdadeira história: a mania de julgar”. BLOCH, M. Apología para la historia o el oficio de historiador. México: Fondo de cultura económica, 1996, p. 144, Edição crítica preparada por Étienne Bloch.

³⁶ CARVALHO, José Murilo. A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 32. O texto de Carvalho é extremamente agradável e rigoroso na utilização de fontes não escritas - monumentos e símbolos republicanos -, mas o que me interessa é que ele é um dos primeiros autores brasileiros a situar o aparecimento da nação na fase de implantação e consolidação do modo de produção capitalista no país, depois do advento da abolição, pelo menos.

³⁷ TORRES RIVAS, Edelberto. op. cit., 1977, p. 66.

José Carlos Chiaramonte, por sua parte, escreveu um artigo para combater a idéia generalizada da historiografia latino-americana, segundo a qual a profusão de projetos pós-independência implicava na existência prévia de nacionalidades. Salienta que essa tendência é fruto de uma “necesidade de afirmação de autonomias”, considera que “*tal perspectiva es fruto de la voluntad nacionalizadora de la primera historiografía nacional del siglo pasado*”, ou seja: “*El afán por afirmar los débiles estados surgidos del derrumbe ibérico, fomentando la conciencia de una nacionalidad distinta, proposito explícito en esa historiografía, facilitó la generalizada suposición de que la Independencia fué fruto de la necesidad de autonomía de nacionalidades ya formadas*”.³⁸ Ele também se refere a presença de três tipos de sentimentos que existiam no período posterior às independências e que são freqüentemente confundidos: a identidade hispano-americana, prolongamento do sentimento forjado durante o período colonial; a provincial, forjada a partir da pequena localidade; e a rio-platense, e, posteriormente, Argentina.³⁹ A coexistência dessas três identidades territoriais e mais a existência de outros tipos de identidade como familiar, religiosa, de classe social e outras, foram freqüentemente motivo de confusões na Argentina e em todos os outros países da América Latina.

O estudo de José Horta Nunes, “*Manifestos Modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua*”,⁴⁰ remete às questões lingüísticas do processo de formação da nacionalidade e afirma a época do modernismo como da fixação de sentidos nacionais através da afirmação lingüística evocada pelos manifestos culturais: “*O contexto cultural da época dos manifestos se caracteriza pela afirmação da identidade nacional (...) intensifica-se a preocupação com a questão da língua nacional, havendo um esforço para distinguir a língua brasileira das demais, principalmente da portuguesa*”.⁴¹

Começam a surgir na América Latina dos anos 90 estudos que divergem das posições recorrentes de “desvios, anomalias, deformações, inimigos, incompletudes”, como por exemplo o estudo sobre cidadania de Maria Cristina Leandro Ferreira.⁴² As construções estereotipadas sobre o país e o seu povo começaram a ser contestadas com base em trabalhos de “nova história política”, especialmente através da análise de discurso e interpretação da realidade simbólica do passado. Os

³⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. Porto Alegre: Anos 90, UFRGS, n. 1, maio de 1993, p. 50.

³⁹ Idem, ibidem, p. 51

⁴⁰ NUNES, José Horta. Manifestos Modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso Fundador. São Paulo: Pontes, 1993, p. 43-57.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 49.

⁴² FERREIRA, M. C. L. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de construção da brasilidade) In ORLANDI, E. P. Op. Cit. P. 69-79.

novos aportes entendem a construção dos estereótipos como determinações históricas, circunstanciais. O conceito de cidadania passou a vincular-se diretamente ao de nacionalidade. Nesses estudos observa-se a necessária incorporação política e social dos trabalhadores como modo de construir a nação e a nacionalidade, numa clara demonstração de que a historiografia latino-americana vem compatibilizando os conceitos de nação e de cidadania com as experiências históricas concretas.

Bibliografia

- Abreu, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos I série*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.
- Alamán, L. *Disertaciones*. in Brading, David A. *Orbe indiano. De la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*. México: Fondo de Cultura económica, 1991.
- Alberdi, J. B. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República argentina*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981, 4. ed., Primeira edição de 1852.
- Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- Bolívar, Simón. *Escritos Políticos*. Lisboa: Ed. Estampa, 1977, intitulada *Cartas de Jamaica: resposta de um americano meridional a um cavaleiro desta ilha*. Kingston, 6 de setembro de 1815.
- Bonfim, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 173. A primeira edição foi de 1903.
- Cardoso De Mello, J. M. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 5 ed. A primeira edição é de 1982.
- Cardoso, F. H & Faletto, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 6 edição. A primeira edição é de 1970.
- Carvalho, José Murilo. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- Chiaramonte, José Carlos. *El problema de los orígenes de los Estados hispano-americanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata*. Porto Alegre: Anos 90, UFRGS, n. 1, maio de 1993.
- Cueva, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1979.
- Cunha, E. *Os Sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. A primeira edição do livro é de 1901.

Ferreira, M. C. L. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de construção da brasilidade) In Orlandi, E. P.

Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, 22ª ed., A primeira edição é de 1933.

Gellner, Ernest. Nações e nacionalismo. Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.

Giudici, E. El imperialismo y la liberación nacional. Buenos Aires: Granica, 1974. A primeira edição é de 1940.

Hale, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930 in Bethell, L. História de América Latina (cultura y sociedad, 1830-1930). Barcelona: Crítica, 1991, vol. 8, p. 1-64.

Hobsbawm, Eric. A Era do Capital 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Hobsbawm, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Holanda, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, 13 ed. A primeira edição é de 1936.

Ianni, O. O Labirinto latino-americano. Petrópolis: Vozes, 1993.

Ianni, Octávio. Classe e Nação. Petrópolis: Vozes, 1986.

Ingenieros, José. La evolución de las ideas Argentinas. Buenos Aires: El Ateneo, 1951. A primeira edição foi de 1918.

Kaplan, Marcos. Formação do Estado Nacional na América Latina. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

Moreno, Mariano. Plan Revolucionario de Operaciones. Buenos Aires: Plus Ultra, 1975, 3 ed, Originalmente escrito em agosto de 1810.

Lombardo Toledano, V. El Partido Popular. 1947, citado por Löwy, M. op. cit., 1982.

Martínez Estrada, E. Radiografía de la pampa. Buenos Aires: Losada, 1991, 13 ed. A primeira edição é de 1933.

Mora, J. M. L. México y sus Revoluciones. México: Ed. Agustín Yáñez, 1950, 3 volumes, II, Primeira edição em 1836.

Morelos, J. M. citado por Brading, D. A. Orbe indiano. De la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

Nunes, José Horta. Manifestos Modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In Orlandi, Eni Puccinelli. Discurso Fundador. São Paulo: Pontes, 1993, p. 43-57.

Paz, Octávio. El laberinto de la soledad, Postdata e Vuelta a el laberinto de la soledad. México: Fondo de cultura económica, 1996.

Pereyra, C. El sujeto de la história. México: Alianza editorial, 1988.

Pinsky, Jaime. A Formação do Estado nacional no Brasil: origens do problema. in Bruit, Héctor H (org.). Estado e burguesia nacional na América Latina. São Paulo: Iconc, 1985.

Ponce, Anibal, citado por Portantiero, Juan Carlos. Estudiantes y política en América Latina 1918-1938 El proceso de la Reforma Universitaria. México: Siglo XXI, 1978.

Prado Jr., C. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1972, 8 ed.. A primeira edição foi de 1933.

Prestes, L. C. Os problemas atuais da democracia, 1944, citado por Carone, Edgard. A Terceira República (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1982.

Rabasa, Ricardo. La evolución histórica de México. México: Porrúa, 1956, escritos de 1920.

Rama, Carlos M. Nacionalismo e historiografia en America Latina. Madrid: Tecnos, 1981

RAMOS, Samuel. El perfil del hombre y la cultura en Mexico. México; Espasa-Calpe, 1996, 26 reimpressão A primeira edição deste livro é de 1934.

Sarmiento, D. F. Facundo o civilización y barbarie. Buenos Aires: Editorial Sopena, 1952, 5 ed. Primeira edição de 1845.

Serrano Caldera, Alejandro. La história como reafirmación o como destrucción in ZEA, L. (comp.) Quinientos años de História, sentido y proyección. México: FCE ed., 1991.

Sierra, Justo. Evolución política del pueblo mexicano. México: FCE, 1940. Primeira edição de 1910.

Soler, Ricaurte. Clase y nación. Barcelona: Fontamara, 1981.

Torres Rivas, E. Sobre a formação do Estado na América Central (hipóteses e questões fundamentais para seu estudo). in Pinheiro, Paulo Sérgio. O Estado na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Torres, Alberto. O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, 4 ed., A primeira edição foi de 1914.

Varnhagen F. A. História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, 1959, 7 ed., 6 tomos. A primeira edição desse tomo data de 1852.

Vitale, Luis. Introduccion e una teoria de la História para América Latina. Buenos Aires: Planeta, 1992.